



**JUIZ DE FORA**  
PREFEITURA

CÂMARA MUNICIPAL  
DE JUIZ DE FORA  
Protocolo nº 4445  
Em 30 / 12 / 2025  
memca  
EXPEDIENTE

Ofício nº 4743/2025/SG

Juiz de Fora, 30 de dezembro de 2025

Exmº. Sr.  
José Márcio Lopes Guedes  
Presidente da Câmara Municipal  
36016-000 - Juiz de Fora - MG

**Assunto:** Veto Integral ao Projeto nº 189/2025, de autoria do Vereador Negro Bússola.

Excelentíssimo Senhor,

Comunicamos a V. Ex.<sup>a</sup> para os devidos fins, que VETAMOS INTEGRALMENTE o Projeto nº 189/2025 que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização gratuita de máscaras respiratórias aos usuários das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município de Juiz de Fora e dá outras providências".

Respeitosamente,

MARIA MARGARIDA  
MARTINS  
SALOMAO:13521039668

Assinado de forma digital por  
MARIA MARGARIDA MARTINS  
SALOMAO:13521039668  
Dados: 2025.12.30 16:13:31  
-03'00'

**Margarida Salomão**  
Prefeita de Juiz de Fora

**Secretaria de Governo**

Av. Brasil, 2001 / 9º andar - Centro - CEP: 36060-010 - Juiz de Fora - MG Tel: (32) 3690- 7731 - Fax: (32) 3690 - 7719 - sg@pjf.mg.gov.br



## RAZÕES DE VETO

Em que pese o merecimento do Projeto de Lei nº 189/2025, de autoria do Vereador Negro Bússola, que tem por objetivo dispor sobre a obrigatoriedade da disponibilização gratuita de máscaras respiratórias aos usuários das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município de Juiz de Fora e dá outras providências, vejo-me obrigada a **vetar integralmente** o referido Projeto de Lei, em razão de **inconstitucionalidade formal e material** por usurpar de competência legislativa do Poder Executivo e violar regras de responsabilidade fiscal.

Isso porque ações que demandam atos inerentes à **gestão administrativa**, organização e funcionamento dos serviços públicos de saúde, incluindo a imposição de obrigações de fazer aos órgãos municipais para aquisição e distribuição de insumos, devem ser objeto de propositura deflagrada pelo Poder Executivo, em obediência aos **arts. 2º e 61, § 1º, II, da Constituição Federal**, e ao **art. 36, inciso III, da Lei Orgânica do Município**.

Assim, verifica-se a interferência do Legislativo em instituto cuja iniciativa é dedicada ao Executivo, afrontando com o princípio da **separação de poderes**, consagrado no **art. 2º da Constituição Federal**, o qual guarda estreita relação com o tema da **"Reserva de Administração"**, uma vez que a proposição cria atribuições específicas para secretarias municipais e interfere na alocação de recursos humanos e materiais.

Além disso, a proposição afronta as exigências dispostas no **art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)**, necessárias para a criação de despesa obrigatória. A ausência de estimativa do impacto orçamentário-financeiro vicia o processo legislativo, visto que a implementação das medidas acarreta custos diretos e indiretos ao erário sem a devida indicação técnica da origem dos recursos e sua compatibilidade com as leis orçamentárias.

A proposição em apreço, portanto, invade a esfera de competência própria do Chefe do Poder Executivo Municipal ao dispor sobre matéria afeta à **organização administrativa e ao planejamento orçamentário**. Dessa forma, o Projeto de Lei nº 189/2025 padece de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, e material, por ausência de previsão orçamentária.

Pelas razões acima expostas, **a vetar, na íntegra**, o Projeto de Lei nº 189/2025.

Prefeitura de Juiz de Fora, 23 de dezembro de 2025.

**MARGARIDA SALOMÃO**  
Prefeita de Juiz de Fora



## **PROPOSIÇÃO VETADA**

### **PROJETO DE LEI**

**Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização gratuita de máscaras respiratórias aos usuários das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município de Juiz de Fora e dá outras providências.**

**Projeto nº 189/2025, de autoria do Vereador Negro Bússola.**

A Câmara Municipal de Juiz de Fora aprova:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal responsável por disponibilizar gratuitamente máscaras respiratórias (do tipo Máscara Cirúrgica LHS Tipo IIR ou equivalentes) aos usuários e contribuintes que acessarem as Unidades Básicas de Saúde (UBS) da cidade de Juiz de Fora.

§1º As máscaras deverão ser disponibilizadas na entrada de cada UBS, no guichê de atendimento, de forma visível e acessível, preferencialmente acompanhadas de instruções básicas de uso adequado.

§2º A distribuição será limitada a uma unidade por pessoa a cada visita, salvo em casos excepcionais devidamente justificados por autoridade sanitária local.

Art. 2º A medida prevista nesta Lei tem como objetivo a prevenção e o controle de infecções respiratórias, especialmente em ambientes de alta circulação de pessoas potencialmente vulneráveis.

Art. 3º Para os fins desta Lei, poderão ser utilizados recursos provenientes de fundos municipais de saúde, em consonância com a legislação municipal vigente, que disponha sobre ações emergenciais de saúde pública ou legislação equivalente em vigor.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.